

A cobertura política eleitoral como meio de aproximação e afastamento da esfera pública

Clara CÂMARA¹

Resumo

Se há um objetivo que o jornalismo, deliberadamente ou não, tenta alcançar é aproximar os cidadãos do que se pode chamar de poder público. Os motivos para promover esse encontro são, obviamente, variados e correspondem a uma das questões mais debatidas entre os que se propõem a analisar a prática jornalística. Este artigo, no entanto, tem uma proposta diferente. Aqui buscamos elencar algumas razões que colocam a cobertura eleitoral como um estímulo aos cidadãos para se reaproximarem da esfera pública e que, da mesma forma, também contribuem para afastá-los de seu espaço de debate e reivindicação pública. Para isso, primeiro esmiuçamos as especificidades da cobertura eleitoral, de forma a diferenciá-la da cobertura meramente política. Na sequência, trazemos uma discussão sobre o conceito de esfera pública e a questão da comunicação que está atrelada a ele. Por fim, apresentamos apontamentos que localizam o jornalismo eleitoral em um ponto estratégico para aproximar ou afastar os cidadãos da esfera pública.

Palavras-chave: Jornalismo político. Eleições. Esfera pública. Democracia.

Abstract

If there is a goal that journalism deliberately or not tries to achieve is to bring citizens closer to the government. The reasons for promoting this meeting are obviously diverse and correspond to one of the most debated issues among those who analyze the journalistic practice. This article, however, has a different proposal. Here we try to list some reasons that put the election coverage both as an incentive to citizens to approach the public sphere and as a contribute to keep them away from it. To reach this goal, we propose to make a differentiation between the election coverage and the merely political coverage. Following, we present a discussion of the concept of public sphere and also the communication issues that are linked to this concept. Finally, we present notes which put the electoral journalism at a strategic point, capable to keep citizens both close and away from the public sphere.

Keywords: Political journalism. Elections. Public sphere. Democracy.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGC/UFPB.
E-mail: clara.knox@gmail.com

Introdução

Apesar de serem tratados como sinônimos, aqui preferimos propor uma diferenciação entre o jornalismo político e o jornalismo eleitoral. Essa diferença, no entanto, não pretende excluir um do escopo do outro. Pelo contrário. Reconhecemos que o jornalismo eleitoral é um braço importante do jornalismo político, mas, é preciso compreender que a cobertura da época das eleições resguarda características próprias que vão além das praticadas em outros momentos.

Essa proposta de conceituação é crucial para o desenvolvimento da discussão sobre o papel do jornalismo na relação dos cidadãos com a esfera pública, que é o foco deste artigo. Isso porque é justamente em relação ao jornalismo eleitoral que queremos esboçar algumas considerações, a respeito das consequências de sua abordagem na maneira como os cidadãos interagem com o que se identifica como esfera pública.

Obviamente, e não poderia deixar de ser diferente, um passeio pelo conceito de esfera pública é imprescindível para que possamos compreender de qual espaço estamos falando e como ele pode ser afetado pela comunicação, especificamente se tratando do jornalismo. Para isso, as contribuições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas sobre a esfera pública são tão inevitáveis quanto fundamentais.

Por fim, delineamos um panorama de como o jornalismo eleitoral, com suas especificidades, interage com os cidadãos e influencia, em diferentes graus, no relacionamento com a esfera pública. Apresentamos prospectos positivos e negativos dessa relação e consequências importantes para se pensar o fazer jornalístico em tempos de eleições.

1 Jornalismo político e jornalismo eleitoral

No Brasil, dizer que o jornalismo político se ocupa da cobertura dos acontecimentos que envolvem os três poderes do Estado, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, apesar de ser verdade, incorre em uma simplificação que não poderíamos deixar de apontar. Isso porque a função que o jornalismo assume, especialmente nessa editoria, supõe também uma larga dose de megalomania.

Melhor dizendo, o jornalismo, de forma geral, tende a se comportar como o detentor do Quarto Poder, o que vigia e intervém nos encaminhamentos dos outros três poderes, de acordo com o que considera de interesse público. Essa, no entanto, é uma premissa que corresponde muito mais a uma responsabilidade que a mídia gostaria de assumir, do que de fato um papel que lhe é de direito. No jornalismo político, de maneira especial, essa tentativa de se relacionar com os poderes administrativos é percebida de forma mais enfática.

De acordo com Albuquerque (2000), a imprensa brasileira poderia ser melhor identificada como revestida pelo Poder Moderador². Isso porque, apesar de reivindicar pra si o status de Quarto Poder, baseado em um ideal norte-americano de jornalismo, independente, objetivo e guardião da democracia, o contexto político brasileiro tem contornos bem distintos do dos Estados Unidos. Dessa forma, seria mais apropriado aproximar a tentativa, inconsciente e não necessariamente ativa, do jornalismo brasileiro de exercer um poder de vigília e arbítrio à ideia de Poder Moderador.

Como explica o autor:

Mais do que meramente contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira tem reivindicado autoridade para, em casos de disputas entre eles, intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública. Por detrás do discurso “americano” sobre o quarto poder, de modo não necessariamente consciente, esconde-se um modelo inteiramente distinto acerca do seu propósito, o modelo caracteristicamente brasileiro do “poder moderador”. (ALBUQUERQUE, 2000, p.43)

Independentemente da denominação mais apropriada, é inegável a relação do jornalismo com o poder político, o que fica evidenciado na editoria de política. Não à toa, Lima (2006) é categórico ao dizer que não existe política nacional sem a mídia. Para ele, “a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que tem o poder de definir o que é público” (LIMA, 2006, p. 55). Por isso o jornalismo político apresenta essa característica de publicizar o que de mais relevante acontece na esfera pública (conceito que vamos destrinchar mais à frente).

² Referência ao poder dado ao Imperador, na Constituição Brasileira de 1824. O Poder Moderador, de forma neutra, era o responsável por arbitrar as disputas entre os três poderes (ALBUQUERQUE, 2000).

Já o jornalismo eleitoral corresponde a um braço importante do jornalismo político, sendo o palco das disputas políticas e responsável por ordenar e categorizar, para os cidadãos eleitores, em um momento específico, quais são os personagens que valem a pena observar, quais atitudes são relevantes e dignas de holofotes e quais não são.

No período eleitoral, o jornalismo político se volta para os acontecimentos que podem interessar aos eleitores e ajudá-los na escolha que vão fazer nas urnas. Isso, sem levarmos em consideração as vinculações políticas e preferências que um veículo de comunicação específico pode ter. Fazer essa distinção se torna fundamental para nossa discussão porque, assim, podemos identificar algumas especificidades dessas duas abordagens jornalísticas.

Em relação à cobertura política, podemos apontar como principais características o fato de o acontecimento ditar a pauta, o foco nos políticos que estão em evidência ou apresentam vinculações com interesses dos grupos de comunicação e a informação sobre a cena política como objetivo final. O primeiro ponto diz respeito à forma como as notícias políticas relevantes são identificadas. De forma geral, prioriza-se a cobertura das agendas oficiais dos três poderes, condicionando o destaque ao partido ou ao político que tenha encabeçado ou participado de decisões relevantes. Propostas de mudanças, críticas ao sistema vigente e denúncias são comumente procuradas pelos jornalistas no dia a dia do jogo político.

Embora todos os envolvidos com os três poderes sejam potenciais focos para a observação do jornalismo político, ainda existe um filtro a respeito dos personagens ideais para uma matéria. Os políticos com cargos de destaque, como presidente de partido, ou presidente de câmaras municipais, além dos altos cargos do poder judiciário, são vozes capazes de render mais do que se espera. Políticos que estão em evidência, por recente escândalo, por expressivo número de votos recebidos em eleições, por recém firmadas alianças ou simplesmente por ter uma vida pública considerada longa também entram nessa perspectiva de personagem relevante. O jornalismo político do cotidiano se preocupa, em certa medida, em garantir que os personagens que protagonizam as notícias veiculadas sejam facilmente reconhecidos pelos cidadãos.

Outra característica do jornalismo político é o seu objetivo final, que busca contemplar o cidadão com informações sobre os rumos que as figuras políticas que

foram postas por ele no poder estão dando a sua cidade, estado e país. Em última instância, o jornalismo político cotidiano busca informar ao cidadão sobre as consequências de suas escolhas nas urnas.

A cada eleição, no entanto, o jornalismo político incorpora algumas características diferentes de sua faceta do dia a dia que só fazem sentido nesse período específico. É o jornalismo eleitoral, que é pautado pelo jogo entre os candidatos aos cargos públicos. Nesse caso, é a partir do que esses candidatos expõem que os jornalistas encontram ganchos para suas matérias. Não à toa, durante o período eleitoral, são poucas as matérias que não envolvem postulantes a cargos ou que não estejam ligadas aos pormenores eleitorais.

O foco, no jornalismo eleitoral, fica voltado para os candidatos que têm maior expressividade, a contar pela intenção de votos. Aos outros é reservada uma posição de coadjuvantes, apenas sendo mencionados em panoramas de disputas ou quando provocam alguma polêmica. Abrir espaço para suas propostas, discutir a viabilidade de suas intenções (embora essa seja uma falha recorrente) não é uma opção, já que a atenção dispensada aos candidatos com “força nas urnas” já é tida como suficiente para abarcar a complexidade do cenário político.

Por fim, o objetivo do jornalismo eleitoral é auxiliar o cidadão a formar ou reforçar uma opinião. Oferecendo diferentes mosaicos a respeito dos candidatos, a intenção é que o leitor informado – e aqui não entramos no mérito de se é bem informado ou não – tenha recursos para avaliar quais são suas melhores opções. Como afirma Schudson:

Obviamente, notícias políticas devem manter os cidadãos informados. Sem as informações precisas a respeito das preferências e valores dos candidatos, os cidadãos não poderiam fazer a escolha certa; sem a cobertura atenta do que os governos fazem, a população não poderia monitorar a atuação de seus representantes. (SCHUDSON, 1995, p.26)³

Não se trata, contudo, de afirmar que o jornalismo é capaz de influenciar os cidadãos a votar em candidato A ou B, e sim de reconhecer que todas as informações

³ Tradução livre do trecho: “Of course, political reporting should keep citizens informed. Without accurate information about the views and values of candidates for office, a citizenry cannot cast intelligent ballots. Without adequate coverage of the operation of government between elections, the attentive populace cannot effectively monitor the performance of their chosen representatives.”

repassadas são absorvidas e ressignificadas por cada um dos leitores, formando um painel importante de consulta simbólica, ao qual podem recorrer para apoiar suas decisões.

A intenção, com essas características, poderia ser de convocar os cidadãos para a esfera pública, em caso de descontentamento, mas o esvaziamento dos temas tratados e o foco nas disputas de poder, pura e simplesmente, acabam por ter o efeito contrário, como trataremos com mais detalhes nos próximos pontos deste artigo. Antes, no entanto, é preciso destrinchar o conceito de esfera pública, para que possamos compreender o que significa reforçar ou enfraquecer a participação dos cidadãos nesse espaço.

2 Revisitando o conceito de esfera pública

O conceito de esfera pública é constantemente revisitado, por sua importância para compreender a relação entre a comunicação e a política. Aqui, lembraremos especificamente duas abordagens, as que foram feitas pelos pensadores alemães Hannah Arendt e Jürgen Habermas e que ainda hoje são usadas como base para pensar a esfera pública e para propor novas concepções a respeito do conceito.

Filósofa política, Arendt ficou conhecida pelas análises que empreendeu no período das grandes guerras mundiais. De origem judaica, ela trabalhou muito a questão do totalitarismo e da política como um espaço de diálogo e consenso, e não de imposição e violência, como a dos tempos que vivenciou.

Para Arendt, a esfera pública é essencialmente o espaço da política. Nesse espaço, os cidadãos procurariam dialogar a respeito das mudanças possíveis para a sociedade, em benefício de todos. É um conceito que se relaciona profundamente com o fazer político da Antiguidade Greco-romana. Dessa forma, pode-se destacar que:

A principal característica da esfera pública é a aparência, um palco dotado de audiência ampliada, onde os cidadãos podem agir (atores) e assistir (espectadores) em conjunto, ação caracterizada pela capacidade de se iniciar novas coisas (natalidade) e modificar o mundo. (CARDOSO JÚNIOR, 2007, p. 49)

A esfera pública arendtiana se confunde com a própria esfera política. A pensadora alemã parte dos ideais de participação política da *polis* e das *civitas* por acreditar que, naquele tempo, os homens tendiam a empreender grandes feitos com vistas ao reconhecimento eterno. Participar da política implicava em escrever o nome no muro da eternidade, fazer parte da esfera pública significava abraçar a noção de imortalidade, no sentido de que o homem teria outras vidas para colher as glórias da vida terrena.

O declínio dessa esfera pública que abriga a política, de acordo com Arendt, na modernidade, está ligado justamente à perda da crença em outras vidas. O homem deixou, assim, de buscar a glória eterna e passou a se preocupar com uma satisfação efêmera, ligada ao consumo. Além disso, é preciso pensar em outras questões para compreender o declínio da esfera pública, segundo o pensamento arendtiano.

Isso porque, para ela, juntamente com questionamentos a respeito da longevidade humana, acarretados por desmembramentos do pensamento religioso pós-Idade Média, também devem ser mencionados nesse declínio a preponderância do trabalho e do labor, atividade humana com vistas à sobrevivência, em relação à ação e o aparecimento e fortalecimento da esfera social e das massas economicamente supérfluas, consequências do desenvolvimento do sistema capitalista.

Sobre este último ponto Arendt se debruça com tom crítico, ao afirmar que o forte entrelaçamento da esfera pública com a economia pode ser considerado um dos seus principais corrosivos. A lógica do capitalismo teria minado grande parte das possibilidades de interação e participação dos cidadãos na esfera pública, o que culminou com o distanciamento, a indiferença e a apatia diante das questões políticas.

Outro pensador alemão que trabalha com a questão da esfera pública é Jürgen Habermas. Diferentemente de Arendt, Habermas não corrobora com a ideia de que a economia e a política sejam dissociáveis. Apesar disso, ele caminha para uma compreensão muito próxima da de Arendt, em relação às influências para a formação da esfera pública e aos objetivos desse espaço.

De forma geral, podemos caracterizar a esfera pública de Habermas como sendo:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em

opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, p.92)

De acordo com ele, não se deve pensar em esfera pública como uma instituição ou um sistema, pois ela não possui uma estrutura normativa e, além disso, é caracterizada pela fluidez e maleabilidade de horizontes. Para pensar a esfera pública, portanto, é preciso compreender que ela é reproduzida através do agir comunicativo, do diálogo, da troca entre cidadãos conectados por uma linguagem comum.

O protagonismo da comunicação nessa abordagem habermasiana fica evidente, já que é através dela, com a troca intensa de mensagens compreensíveis e estimuladoras de atenção (HABERMAS, 1997, p.94), que se garante a adesão dos cidadãos. E é justamente por essa possibilidade de fazer com que as discussões circulem e, ao mesmo tempo, integrem os indivíduos que:

Ela, esfera pública, constitui um espaço de mediação fundamental entre o sistema político e administrativo, por um lado, e o mundo da vida, a sociedade civil e as instituições que mediatizam, por outro lado. Constitui uma esfera de comunicação onde os indivíduos procuram tematizar, processar e resolver questões problemáticas, e desejam governar suas vidas pela discussão pública em vista do entendimento e consenso, antes que por outros meios. (LUBENOW, 2007, p.13)

Como podemos perceber, a comunicação é peça fundamental na manutenção da esfera pública, onde os debates são transmitidos e as interações se realizam. É exatamente sobre a importância da palavra, elemento central da comunicação, que Mikhail Bakhtin se debruça para analisar as questões da filosofia da linguagem. Mesmo sem ter trabalhado a questão da esfera pública, o filósofo russo reforça, de certa forma, a atenção que Habermas dispensou à comunicação. Ao se referir à palavra, Bakhtin aponta que ela “é o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 1992, p.36) e exalta seu caráter onipresente.

Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (BAKHTIN, 1992, p. 41)

Para ele, a palavra é capaz de armazenar as pequenas e ainda superficiais mudanças sociais, afinal, é através dela que essas mudanças começam a despontar. Por isso, é inevitável dissociar a comunicação da esfera pública, já que ela, a esfera, é o *locus* por excelência da discussão em prol da mudança, o espaço no qual os cidadãos organizados, utilizando uma língua natural, buscam, através da comunicação, emitir opiniões e construir as bases para as transformações sociais e políticas desejadas.

Nesse ponto, é importante que se destaque o papel da comunicação e, especificamente do jornalismo, para a perpetuação de ideias relacionadas às discussões na esfera pública. Para Charaudeau (2012), o ponto chave é que se diferencie o papel das mídias no espaço público. Isso porque, segundo o autor, elas não são responsáveis por transformar o espaço, e sim por torná-lo cada vez mais visível. “As mídias são apenas uma forma de publicização. Sua ação é participar do que constitui, desconstitui, transforma o espaço público, no quadro do contrato de informação midiático” (CHARAUDEAU, 2012, p. 120), explica.

Corroborando com essa noção de que as mídias não transformam o espaço público, mas reconhecendo que elas desempenham um papel fundamental na sua propagação e manutenção, chegamos ao ponto crucial deste artigo. No próximo item procuramos verificar mais a fundo em quais pontos o jornalismo reforça a relação do cidadão com a esfera pública e, ao mesmo tempo, corrói suas bases.

3 Jornalismo eleitoral e esfera pública

Ao longo da história do jornalismo, muitas teorias se propuseram a determinar regras de atuação, explicar seus procedimentos e elencar os supostos benefícios que um jornalismo ético, para usar um conceito que acabou sendo muito caro à prática jornalística, poderia trazer à sociedade. A primeira e uma das mais famosas dessas teorias, a teoria do espelho apresentava o ideal jornalístico em sua essência. Como o próprio nome sugere, de acordo com essa teoria, o trabalho do jornalismo seria reproduzir a realidade tal como ela é, como se fosse um espelho.

No entanto, nem espelhos são capazes de reproduzir o diversificado espectro do real. Por isso, essa concepção do jornalismo não encontra, hoje, a aceitação que um dia conheceu, fazendo parte apenas do senso comum ligado à profissão de jornalista. Nesse

sentido, é preciso ampliar e reformular a compreensão da prática jornalística e admitir que repassar uma notícia perpassa muito mais por um processo de construção do que propriamente de reprodução engessada e pretensamente fiel.

De acordo com Tuchman, é exatamente na ideia de construção que o conceito de notícia deve se basear, já que “a notícia não espelha a sociedade. Ela ajuda a construí-la como fenômeno social compartilhado, já que, no processo de descrever um acontecimento, a notícia define e dá forma a esse acontecimento⁴” (*Idem*, 1983, 197-198).

Essa noção é importante para discutirmos a relação entre a cobertura eleitoral e a participação – ou não – dos cidadãos na esfera pública. Em primeiro lugar porque é preciso compreender que as notícias veiculadas nos meios de comunicação, apesar de se proporem a ser imparciais e objetivas, invariavelmente carregam traços específicos do contexto em que são construídas.

Esse não é, em nenhuma instância, um ônus do jornalismo. Pelo contrário. Se consciente e equilibrada, enxergar a produção noticiosa como permeada por diversas marcas sociais, culturais, econômicas e políticas não acaba por minar o fazer jornalístico, mas nos mostra que a noção de imparcialidade é mais uma idealização do que uma realidade.

E, em segundo lugar, nos liberta de pensar no jornalismo como uma instituição absolutamente refém da imparcialidade, em que contextos não importam porque não seriam capazes de interferir na notícia. Essa discussão, no entanto, não é o nosso foco. Aqui, como anteriormente explicado, vamos nos ater ao debate sobre as consequências da cobertura eleitoral para a relação dos cidadãos com a esfera pública.

Dessa forma, podemos inferir que o jornalismo eleitoral procura localizar os cidadãos nas discussões, apresentar os candidatos e suas propostas, viabilizar um painel didático diante do qual o eleitor pode preencher suas lacunas de dúvidas e indecisões. Os candidatos, sabendo desse caráter de guia do jornalismo, pensam em formas de usar os recursos midiáticos em benefício próprio, tornando suas propostas especialmente simplificadas para os diversos formatos de mídia.

⁴ Tradução livre do trecho: “(...) la noticia no espeja la sociedad. Ayuda a constituir la como fenómeno social compartido, puesto que en El proceso de describir un suceso la noticia define y da forma a ese suceso.”

Se, por um lado, diante dessa dinâmica, o cidadão se sente de fato o centro das atenções, percebe que o processo eleitoral é feito para que suas vontades sejam postas em prática e que é o seu voto, em primeira e em última instância, o objetivo de todo o esquema armado pelos políticos, por outro lado, o jornalismo eleitoral acaba reduzindo o processo democrático a um embate pessoal, personificado.

Isso porque mesmo ao tentar levantar questões para debate, o foco desse tipo de cobertura se debruça constantemente sobre as desavenças políticas dos candidatos, mais do que nas propostas de ação dos mesmos. Esse enfoque em embates pessoais, em certa medida, é uma das características não apenas do jornalismo eleitoral, mas do sistema político brasileiro.

Venício de Lima, ao elencar suas sete teses sobre mídia e política no Brasil, aponta essa personificação da política como uma das causas para a crescente ocupação das atividades dos partidos políticos pela mídia. De acordo com o autor:

(...) atribui-se à preferência da mídia pela cobertura jornalística dos candidatos, e não dos partidos, uma crescente “personalização” da política e do processo político, que estaria sendo representado como uma disputa entre pessoas (políticos), e não entre propostas políticas alternativas (partidos). (LIMA, 2006, p. 56-57).

Além disso, ainda em relação aos debates promovidos pela cobertura eleitoral, é possível identificar que os pontos colocados em discussão, com o objetivo de esclarecer os cidadãos sobre propostas de projetos, são escolhidos de acordo com o que os jornalistas, editores e produtores acham coerentes. São eles que decidem o que é importante ser debatido diante dos cidadãos, eles especulam sobre os temas de interesse da população geral e dispõem as informações de forma que os próprios cidadãos absorvam-nas como se, de fato, tivessem essa legitimação.

Nesse ponto também é válida a conceituação de notícia de Herraiz (1996), destacada por Alsina: “a notícia é o que os jornalistas acham que interessa aos leitores, portanto, a notícia é o que interessa aos jornalistas” (HERRAIZ apud ALSINA, 2009, p. 295). Apesar de, como lembra Alsina (2009) o conceito de notícia ser bem mais complexo do que isso e perpassar por outras variáveis, podemos dizer que essa lógica de Herraiz é aplicada na cobertura eleitoral, já que o que deve ser debatido é pautado pela noção de importância e relevância dos envolvidos na produção noticiosa.

Um tema pode merecer destaque na cobertura eleitoral quando agrega polêmica, quando põe em evidência as fragilidades de um candidato X ou Y, a depender das vinculações e preferências dos donos dos meios de comunicação que veiculam os debates, tudo isso sob a égide da utilidade pública. A pretensão de oferecer um serviço de amparo ao cidadão, diante de uma complexa rede de informações, que caracteriza a época eleitoral, é o carro-chefe desse tipo de jornalismo, o que nos leva a esmiuçar essas duas premissas que apresentamos.

Acreditamos que, por mais que alguns dos pontos levantados para discussão pelo jornalismo eleitoral sejam de fato do interesse dos cidadãos, é inegável seu caráter de espetáculo. No entanto, é inegável também que o jornalismo eleitoral mostra o funcionamento de uma parte importante da democracia e aproxima os cidadãos, em diferentes graus, do processo de escolha de seus representantes. Afinal, é dessa forma que os cidadãos se sentem diretamente envolvidos com as eleições, percebendo que têm nas mãos o poder de eleger os candidatos que melhor lhes representem.

Apesar disso, a forma como os debates são elaborados, de maneira unilateral e sem levar em consideração as reais necessidades dos cidadãos, os debates esvaziados e focados nas figuras dos políticos, que acaba se preocupando mais em deixar a disputa eleitoral atrativa do que em promover a circulação de informações úteis para os leitores/telespectadores eleitores.

Dessa maneira, o jornalismo eleitoral deixa transparecer uma faceta inoportuna. Isso porque, ao agir dessa forma, a cobertura eleitoral acaba passando a impressão aos cidadãos de que a democracia caminha independente de sua vontade e, apesar de ter sua participação efetiva nas urnas, os rumos a serem trilhados refletem realidades diferentes das almejadas. Assim, os participantes do espaço público precisam admitir que não é qualquer tipo de publicidade que serve aos seus propósitos básicos.

Considerações finais

A comunicação é um elemento vital para a esfera pública. Através dela as discussões, as opiniões e os debates empreendidos nesse espaço ganham a visibilidade necessária para serem perpetuadas e cumprirem suas funções de esclarecer e formar uma opinião pública satisfatória.

Sendo um tipo de comunicação específica, o jornalismo político oferece possibilidades de ampliação do debate político e tem uma intenção velada de fazer com que os cidadãos se aproximem e participem, de forma mais efetiva, das decisões públicas. No entanto, nem sempre a intenção encontra a realidade.

Neste artigo focamos particularmente no que denominamos de jornalismo eleitoral. Não pretendemos, no entanto, trazer uma conceituação fechada sobre as diferenças entre o jornalismo político e o jornalismo eleitoral. Ao contrário. O que apresentamos foi um esboço, um início de exploração a respeito das possíveis diferenças entre essas duas coberturas jornalísticas de política. Reconhecendo essas particularidades, acreditamos, fica mais fácil de identificar as consequências implicadas em cada um dos casos.

Assim, identificamos o jornalismo eleitoral como o que apresenta como pressuposto a construção de um panorama das possibilidades de uma eleição para os cidadãos, que vão expressar suas preferências nas urnas e, de fato, participar de uma parte do processo democrático. E é por ter esse caráter que julgamos importante que se avalie como esse tipo de comunicação se entrelaça com a esfera pública e quais implicações ela traz para a relação dos cidadãos com esse espaço de deliberação.

Dessa forma, vimos que, se por um lado, o jornalismo eleitoral aproxima os cidadãos da esfera pública pelo seu caráter didático e esclarecedor, que tenta localizá-los no painel político, também os afasta com o esvaziamento das discussões políticas e simplificação do que deveria ser um processo de análise profunda e detalhada.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro “quarto poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. In: Revista Contracampo, nº 4, janeiro de 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/414/201>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992.

CARDOSO JÚNIOR, Nerione N. **Hannah Arendt e o declínio da esfera pública**. Brasília: Senado Federal, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**. Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUBENOW, Jorge Adriano. **A categoria da esfera pública em Jürgen Habermas**. 2007. 257 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://criticanarede.com/docs/habermas.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Harvard University Press, 1995.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G.G. Mass Media, 1983.